COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 1.970/2019

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.

Autor: Deputado ROGÉRIO CORREIA

Relator: Deputado LAFAYETTE DE

ANDRADA

I - RELATÓRIO

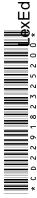
O Projeto de Lei n.º 1970/2022, de autoria do deputado Rogério Correia, cria a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.

O parlamentar propõe uma política completa de gestão dos frutos do cerrado, fomentando a pesquisa, a divulgação, o desenvolvimento e criando selos e centros de referência para coordenar pesquisas e ações de educação ambiental. O PL 1970/19 também cria uma proteção especial aos pequizeiros (*Caryocar brasiliense*), restringindo as possibilidades de derrubada.

A proposta ainda prevê que os recursos necessários à consecução de seus objetivos virão de dotações orçamentárias, operações de crédito internas e externas firmadas com entidades públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras; além de saldos remanescentes de outros exercícios.

Na justificação, o parlamentar lembra que o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km2, cerca de 22% do





território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos encraves no Amapá, Roraima e Amazonas.

Segundo ele, da flora nativa, mais de 10 tipos de frutos comestíveis são regularmente consumidos pela população local e vendidos nos centros urbanos, como os frutos do Pequi (Caryocar brasiliense), Buriti (Mauritia flexuosa), Mangaba (Hancornia speciosa), Cagaita (Eugenia dysenterica), Bacupari (Salacia crassifolia), Cajuzinho do cerrado (Anacardium humile), Araticum (Annona crassifolia) e as sementes do Barú (Dipteryx alata). Toda essa diversidade merece a devida proteção.

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24,. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões - Art. 24 II.

Pela CAPADR, foi aprovado o parecer do relator, Dep. José Mário Schreiner (DEM-GO), pela aprovação, com emenda que suprimiu o art. 2º da proposta.

Na CMADS, foi aprovado o parecer do relator, Dep. Zé Silva (SOLIDARI-MG), pela aprovação do PL 1970/2019, com emenda, e pela rejeição da Emenda Adotada pela CAPADR.

Pela CFT, foi aprovado o parecer do relator, Dep. Zé Silva (SOLIDARI-MG), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.970/2019, da Emenda Adotada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e da Emenda Adotada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Quanto à CCJC, cabe se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No que toca à constitucionalidade e à juridicidade, observa-se que a matéria não colide com nenhuma norma do ordenamento pátrio. Pelo contrário, coaduna com a Constituição Federal, que em seu artigo 225, dispõe que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e um direito de todos os cidadãos, das gerações presentes e futuras, estando o Poder Público e a coletividade obrigados a preservá-lo e a defendê-lo. No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que foram observadas as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, tendo a proposição, assim, boa técnica e boa redação legislativa.

A proposição é louvável e oportuna, pois cria uma política voltada para o desenvolvimento sustentável desse rico bioma brasileiro. Como brilhantemente apontado pelo autor, o cerrado é muito rico em biodiversidade, sua flora é a mais rica entre as savanas do mundo, com mais de seis mil espécies de plantas. Diante de tanta riqueza, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a proteção da flora da região.

Em face do exposto, concluímos o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1970/2022, nos termos do substitutivo adotado pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças e Tributação. O voto é também no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

> Sala da Comissão, em de 2022.

> > Deputado LAFAYETTE DE **ANDRADA**

Relator

